

Não regulamentar cigarros eletrônicos ajuda o crime, diz Thronicke

 poder360.com.br/congresso/nao-regulamentar-cigarros-eletronicos-ajuda-o-crime-diz-thronicke

Israel Medeiros

25 de janeiro de 2024

Senadora do MS é autora do projeto de lei que estabelece regras para a importação, exportação, fabricação e venda dos dispositivos; país tem 2,9 milhões de usuários



Senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS) (foto) avalia que a definição de regras pode proteger os consumidores e aumentar a arrecadação

© Sérgio Lima/Poder360 - 09.ago.2022

[Israel Medeiros](#) 25.jan.2024 (quinta-feira) - 9h46

O principal beneficiado pela falta de regulamentação do cigarro eletrônico no Brasil é o crime organizado. Essa é a avaliação da senadora [Soraya Thronicke](#) (Podemos-MS), autora do projeto de lei nº [5.008](#) de 2023, que visa a estabelecer regras para o comércio e a publicidade de dispositivos para fumar. Leia a [íntegra](#) do texto (PDF – 318 kB).

O comércio dos cigarros eletrônicos –também chamados de “vapes”– é proibido no Brasil desde 2009. Apesar disso, o número de usuários no Brasil [cresceu quase 600% nos últimos 6 anos](#) e alcançou 2,9 milhões em 2023. A incidência é maior em Estados que fazem fronteira com o Paraguai, como o Paraná e o Mato Grosso do Sul –Estado de Thronicke.



Inscriva-se



Inscriva-se

“O Mato Grosso do Sul sofre muito com isso [com o tráfico de cigarros eletrônicos] e a gente sente na pele”, diz a senadora. “Eu gostaria muito que os responsáveis por essa omissão pagassem. Eu quero saber quem responde por isso e quem está protegendo o crime organizado. Se existe alguém que ganha com esse limbo jurídico se chama crime organizado”, disse a congressista ao Poder360.

Além de acabar –ou ao menos diminuir– o comércio ilegal dos produtos, a senadora diz querer dar mais segurança aos usuários dos cigarros eletrônicos. Sem fiscalização, diz Thronicke, os consumidores são expostos a produtos de qualidade duvidosa cujos impactos na saúde são desconhecidos.

“O que está sendo vendido no Brasil, a olhos nus, é um produto que está fora dessa regulamentação. [...] Aqui no Brasil, os produtos são violáveis. O refil ou o produto que eles colocam lá dentro são produtos que a gente não sabe o que são. Isso é muito perigoso”, afirmou.

Ela fala também que não há razoabilidade na proibição dos dispositivos, já que a nicotina –substância normalmente utilizada nos “vapes”– é permitida no Brasil. *“Se vai proibir um dispositivo eletrônico, que se proíba o cigarro. Que se tenha essa coragem de fazer isso. Porque o tabaco é permitido no Brasil e esta [referindo-se aos cigarros eletrônicos] é uma forma de fumá-lo”.*

O QUE DIZ O PROJETO

- O texto permite a produção, importação, exportação e o consumo dos cigarros eletrônicos no Brasil (nessa classificação estão os dispositivos com e sem nicotina e os sistemas de aquecimento de tabaco);
- quem desejar fabricar ou importar os cigarros eletrônicos, no entanto, precisará fazer o registro dos produtos na Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Terá que pagar, ainda, R\$ 100 mil para cada pedido de registro ou renovação perante a Anvisa a título de “Taxa de Vigilância e Fiscalização Sanitária”;
- há a obrigação da definição, pelo Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), dos critérios de funcionamento do produto;
- estabelece regras para a publicidade dos produtos. Propagandas comerciais em mídias como TV, rádio ou internet ficariam proibidas, assim como a utilização de símbolos ou desenhos direcionados aos menores de 18 anos ou expressões que indiquem sabores de doces ou de sobremesas.

ARRECADAÇÃO MAIOR

Um estudo da Fiemg (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais) indica que a regulação dos cigarros eletrônicos no Brasil pode levar a um aumento de R\$ 2,2 bilhões na arrecadação anual do governo federal.

Segundo Soraya Thronicke, no entanto, esse valor pode ser ainda maior. *“Conversei com o governo federal, com o ministro Fernando Haddad [Fazenda]. A perda de arrecadação estimada é de R\$ 7,5 bilhões por ano. Nós poderíamos gerar emprego e ter regras”*, afirma.

IGNORÂNCIA É BARREIRA

Para a Congressista, o PL que regulamenta os cigarros eletrônicos tem boas chances de avançar ainda no 1º semestre de 2024. O texto é relatado pelo senador Eduardo Gomes (PL-TO) na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, que ainda não emitiu seu parecer.

Ela diz, no entanto, que o tema só prosperará se for possível vencer o *“preconceito”* dos colegas senadores sobre o assunto. *“A 1ª barreira que a gente tem que romper dentro do Congresso é a da ignorância”*, afirma a senadora, que conta que só conheceu os cigarros eletrônicos depois que familiares passaram a usar os dispositivos.

“Eu achei até que fosse liberado. Tive que romper meus preconceitos. Mas ainda estou rompendo o dos colegas”, diz a congressista.

VENDA É PROIBIDA

A comercialização dos cigarros eletrônicos é proibida no país pela Anvisa desde 2009. Em 5 de dezembro de 2023, o órgão abriu uma consulta pública on-line sobre a manutenção da proibição dos dispositivos eletrônicos para fumar.

Em 2022, a agência já havia se reunido para reavaliar o tema. Por unanimidade, a proibição foi mantida, mas a discussão prosseguiu. Qualquer um pode opinar sobre o assunto no site da agência. O prazo para participar é 9 de fevereiro de 2024.

COMO FUNCIONAM OS DISPOSITIVOS

Há diferentes tipos de cigarros eletrônicos disponíveis hoje no mercado ilegal. O mais comum é o vaporizador, aparelho que permite a inalação de vapor de água com sabor e nicotina –uma das substâncias presentes nos cigarros convencionais que causa dependência química. Há também aparelhos que aquecem tabaco sem queimá-lo.

A média de preço no país é de R\$ 150. Em sites de revenda ilegal e em lojas físicas, no entanto, é possível encontrar modelos que ultrapassam os R\$ 700.

ASSOCIAÇÕES CRITICAM

Em maio de 2022, a AMB (Associação Médica Brasileira) e o CFM (Conselho Federal de Medicina) pediram a proibição da importação e a veiculação de propagandas dos dispositivos. Na época, afirmaram que os DEF (Dispositivos Eletrônicos para Fumar) eram uma *“ameaça à saúde pública”*.

O Brasil é um dos 39 países que baniram a venda de cigarros eletrônicos. O levantamento é do GGTC (sigla em inglês para Centro Global para a Boa Governança no Tabaco) e foi divulgado em outubro de 2023.

Leia mais sobre cigarros eletrônicos:

- [Médico sul-africano critica veto a alternativa para fumantes](#)
- [Suécia se aproxima da meta para ficar livre do tabagismo](#)
- [Falta de opção ao cigarro prejudica mais pobres, diz especialista](#)
- [Ex-diretor da OMS defende regulamentar cigarro eletrônico](#)
- [Anvisa abre consulta pública sobre cigarro eletrônica](#)
- [Ex-presidente da Anvisa defende regulamentar cigarro eletrônico](#)
- [Defensores do cigarro eletrônico dizem que proibição eleva riscos](#)
- [Opositores de cigarros eletrônicos citam excesso de uso](#)